

HERANÇA AUTORITÁRIA E A “ESTADANIA”: O ESTADO BRASILEIRO, A “QUESTÃO SOCIAL” E O HORIZONTE DO POSSÍVEL DE UMA AGENDA PROGRESSISTA NACIONAL¹

Resumo: Pensar o Brasil contemporâneo sob a dimensão da agenda de problemas políticos concernentes à sociedade brasileira – em torno de dilemas estruturantes da sua história como a busca da modernização econômica, o diagnóstico da desigualdade social e do autoritarismo político – requer um exercício de compreensão histórica de questões e temas que se *presentificam* na história contemporânea. A esse respeito, analisar a temática da cidadania em torno do desenho institucional do Estado brasileiro – diante da conjuntura histórica da Primeira República e do primeiro período de Vargas no poder (1930-45) – em sua relação com a sociedade civil, e propor uma breve reflexão acerca da possibilidade de formulação de um projeto político progressista para o país constitui o núcleo substantivo do artigo proposto.

Palavras-chave: Estado brasileiro; Questão social; Cidadania; Agendas políticas.

Abstract: *Thinking about contemporary Brazil under the dimension of the agenda of political problems concerning Brazilian society - around the structural dilemmas of its history as the search for economic modernization, the diagnosis of social inequality and political authoritarianism - requires an exercise of historical understanding of issues and themes that are present in contemporary history. In this regard, to analyze the theme of citizenship around the institutional design of the Brazilian State - in view of the historical conjuncture of the First Republic and the first period of Vargas in power (1930-45) - in its relation with civil society, and propose a brief reflection on the possibility of formulating a progressive political project for the country constitutes the substantive nucleus of the proposed article.*

Keywords: *Brazilian State; Social issues; Citizenship; Political programs.*

¹ Gabriel Duarte Costaguta (<http://lattes.cnpq.br/6670955648448682>) e Daniel Machado Bruno (<http://lattes.cnpq.br/6670955648448682>) são mestrandos pela PUC – RS

Artigo recebido em 10/03/2018 e aprovado em 24/07/2018

INTRODUÇÃO

A atualidade da agenda de problemas políticos e sociais estabelecida no contexto dos anos 1930, em período marcado pelo processo histórico conhecido como Revolução de Trinta², faz-se notar, ainda com certa vigência, na sociedade brasileira contemporânea sob a ótica da recorrência de questões tais como a cordialidade do povo brasileiro, o baralhamento entre público e privado na gestão estatal³, o patrimonialismo do Estado⁴, o personalismo⁵ característico das relações sociais, a necessidade de modernizar o país como forma de superar o seu “atraso” crônico, a lógica particularista dos partidos políticos (e sua consequente não-representatividade) e a ausência de espírito coletivo da sociedade civil, pouco participativa no debate público⁶ – representações, em geral, que configuram o que poderíamos chamar de imaginário social⁷ brasileiro. Em termos de síntese do debate referente ao

²FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 7ª edição.

³Sobre essa discussão entre público e privado no Brasil, ler: BOTELHO, André. *Público e privado no pensamento social brasileiro*. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília. “Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança”. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 418-429;

⁴Já trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”, essa discussão é desenvolvida por Raymundo Faoro em “Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro”.

⁵Ver: VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.

⁶Estudo recente do cientista político Leonardo Avritzer apresenta outro ponto de vista, destacando o progresso da participação coletiva do brasileiro na gestão política ao longo do século XX por meio de práticas cidadãs organizadas. Ver: *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Campinas: Opinião Pública, vol. 14, nº 1, junho, 2008, pp. 43-64.

⁷À luz deste conceito estamos pensando próximo a categoria de Baczko, em que o mesmo compreende imaginário social enquanto um composto de diferentes sistemas de símbolos (como, por exemplo, as ideologias, as religiões, as utopias, etc.). Aplicada ao caso brasileiro estamos compreendendo imaginário social enquanto mapa simbólico que permite visualizar e compreender a identidade nacional. Para isso, ver: BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

desenho dos projetos de identidade e de desenvolvimento nacionais, autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, inscritos no campo de pensamento conservador, próximos política e ideologicamente ao governo Vargas (em seu primeiro período, de 1930-1945), formularam categorias de análise do passado histórico do país como instrumento de identificação das raízes dos dilemas políticos e sociais a serem enfrentados na conjuntura de disputa do empreendimento político-intelectual de constituição da nação (*nation-building*) e do modelo de estado (*state-building*⁸).

Este conjunto de questões integra, portanto, uma agenda política que se tornou, historicamente, componente da cultura política brasileira⁹, associada a discursos e a imaginários autoritários que recorrentemente retornam à cena pública nacional. É sobre este universo do político¹⁰ que buscamos observar aspectos de recorrência em relação à atuação do Estado brasileiro frente às políticas de resoluções de conflitos sociais e, por conseguinte, apontar dimensões de continuidade de sua lógica operante mesmo em conjunturas de mudança institucional.

Pensando em uma perspectiva histórica de longa duração no período republicano, o equacionamento dos dilemas políticos e sociais apontados e sua superação, tornaram-se constitutivos de agendas políticas que, de algum modo, balizam aspectos-chave da vida política brasileira. Assim, são tópicos que mantêm certa atualidade se

⁸ Expressão retirada de Bolívar Lamounier. Ver: *O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira*. In: Estudos Avançados, vol. 6, nº 14, 1992, p. 42.

⁹ Sobre o conceito de cultura política aplicado ao estudo da sociedade brasileira, sobretudo sua versão autoritária, ver: LYNCH, Christian. *Cultura política brasileira*. In: Revista da Faculdade de Direito UFRGS, n. 36, 2017; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política*. In: ABREU, Luciano A. & MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). "Autoritarismo e cultura política". Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

¹⁰ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

procedermos a um exercício de crítica histórica¹¹ cuja proposição é historicizar a conjuntura atual¹², em um contexto no qual os projetos políticos de base nacional retornam ao debate público após uma longa crise nos anos 1980-90¹³. Este empreendimento se justifica na tessitura do texto na medida em que está articulado a projeção de uma agenda política de mudanças sociais que se reivindicam enquanto progressistas, lacuna apontada pela historiografia em estudos recentes¹⁴.

A CIDADANIA EM QUESTÃO NO BRASIL REPUBLICANO: LEITURAS DA HISTORIOGRAFIA

Problemática chave da ciência política e da sociologia política enquanto disciplinas acadêmicas que visam a apreender o social e o político em suas interconexões, a relação entre Estado e sociedade civil pode ser analisada sob a visada teórica da incorporação do mundo social ao mundo dos direitos, isto é, a integração dos sujeitos à órbita da comunidade política, de onde deriva a condição de cidadão político. Este aspecto, aplicado à vida político-social nacional, passa por modificações substanciais no que tange a dois contextos distintos do período republicano, a saber, a chamada Primeira República, e a conjuntura do pós-Revolução de 1930. Para tanto, a análise dos modelos institucionais do Estado brasileiro nesses dois momentos se faz importante para a compreensão do processo de incorporação à agenda governamental de demandas da sociedade política.

¹¹ Ver: GARRIDO, Álvaro. *O corporativismo como ideia e objeto de estudo*. In: "Queremos uma economia nova! Estado novo e corporativismo". Lisboa: Temas e debates – círculo de leitores, 2016, pp. 17-83.

¹² Sobre essa concepção de história, ver: CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: "A escrita da história". Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 65-119.

¹³ Ver: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Brasil, sociedade nacional-dependente*. In: Novos Estudos CEBRAP, 93, julho 2012, pp. 101-121.

¹⁴ Ver: AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2016.

Conceitos e teorias foram formulados na historiografia brasileira para compreender e explicar a conquista de direitos políticos e sociais no país, sob a égide do aparato Estatal¹⁵, em trabalhos como os de Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho. Em torno de suas interpretações, conceitos como “cidadania regulada” (Wanderley Guilherme) e “estadania” (José Murilo de Carvalho), marcados por acentuar o peso e o papel do Estado na incorporação de indivíduos ao mundo dos direitos por via da concessão, da troca de favores - práticas clientelistas – e pela lógica do privilégio (e não do direito assegurado por garantias constitucionais) reposicionam o debate mais amplo acerca da natureza do Estado brasileiro e de seu *estamento burocrático*¹⁶ na organização e direção da vida nacional.

Segundo José Murilo:

Estadania seria um traço da cultura política que levaria as pessoas a buscarem a proteção do Estado, seja na expansão das políticas sociais, seja em benefícios mais imediatos como o emprego público. Ela contrasta com a cidadania, que implica ativismo e luta pela transformação do Estado, e não apenas pela inclusão em seu guarda-chuva protetor.¹⁷

A partir dessa interpretação, da condição de cidadania política ao âmbito da atuação estatal, observa-se que as formas de exercício e

¹⁵ Nos contornos deste artigo, privilegiamos a ênfase de centralidade do Estado na lógica de incorporação ao mundo dos direitos, haja vista a análise do caráter autoritário recorrente nesse *modus operandi*. Reconhecemos que o mesmo trabalho poderia ser feito do ponto de vista da análise das lutas políticas travadas por movimentos sociais - organizadas ou não - na conquista desses direitos. A dimensão trabalhada por uma série de estudos da historiografia, tais como: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2005.; BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1999.

¹⁶ Conceito-chave da interpretação de Raymundo Faoro sobre o processo político-administrativo da política brasileira. Ver: FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder*. Porto Alegre: O Globo, 1975.

¹⁷ Consultar: CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo, República*. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília (org.). “Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança”. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.341.

estruturação do poder no país vêm sendo compreendidas na historiografia brasileira como fenômeno cujas elites dirigentes e seu corpo oligárquico atuam numa lógica de cooptação, isto é, busca-se orbitar as demandas da sociedade em torno de pautas concertadas pelos grupos que detêm maior poder decisório¹⁸, afastadas do princípio da representação popular. Édson Nunes¹⁹, em aproximação a esse debate, chegou a afirmar ser o clientelismo²⁰ uma das gramáticas políticas do Brasil contemporâneo.

Nas últimas décadas, visando a compreender a configuração da ordem política nacional, cientistas políticos como Wanderley Guilherme dos Santos²¹, Gildo Marçal Brandão²², Bolívar Lamounier²³, José Murilo de Carvalho²⁴ e Luiz Werneck Vianna²⁵ propuseram modelos interpretativos

¹⁸ Vanda Maria Ribeiro Costa, ao oferecer mais uma interpretação sobre o corporativismo no Brasil em sua obra "A Armadilha do Leviatã", defende a tese de que a estruturação do Estado brasileiro Brasil em princípios corporativos se estabeleceu com vistas a responder primordialmente os interesses da classe empresarial/industrial paulista, enquanto que para a representação dos interesses oriundas da classe trabalhadora a solução se deu a partir de um sindicalismo tutelado. In: COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A armadilha do leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

¹⁹ Ver: NUNES, Edson. *A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2003, 3ª ed.

²⁰ Interessante notar que a lógica do favor como traço da identidade política nacional já é trabalhada no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis ao estudar a sociedade escravocrata do Segundo império, e no ensaio de crítica cultural de Roberto Schwarz, para o qual o favor configura o lugar de enraizamento da ideologia liberal no país. Ver: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

²¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978;

²² BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007;

²³ LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014;

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A utopia de Oliveira Vianna*. In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim. "O pensamento de Oliveira Vianna". Campinas: Editora da Unicamp, 1993, pp. 13-42;

²⁵ VIANNA, Luiz Werneck. *Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim. "O pensamento de Oliveira Vianna". Campinas: Editora da Unicamp, 1993, 351-404;

da chamada imaginação política brasileira ²⁶, que influencia teoricamente a construção institucional do Estado nacional. Este nexos analítico, que busca apreender as tradições do pensamento político brasileiro, vem sendo estudado em profusão ²⁷. Em suas construções interpretativas acerca dos valores políticos referentes à organização do poder, a disputa entre dois grupos majoritários oponentes, como os denominados “autoritários instrumentais” e “liberais doutrinários” (SANTOS) ²⁸, dos “idealismo orgânico”, “idealismo constitucional”, “pensamento radical de classe média” e “marxismo de matriz comunista” (BRANDÃO) ²⁹, dos “liberais” versus “antiliberais” (LAMOUNIER) ³⁰ e dos “americanistas” versus “iberistas” (CARVALHO e VIANNA) ³¹, conformou, na historiografia deste campo de estudo, uma visão dicotômica que consagra a leitura da oligarquização da nossa ordem política, tendo em vista o confronto entre as elites políticas ora mais liberais, ora mais autoritárias, de acordo com a conjuntura.

Visto isso, uma das pautas de nossa agenda política contemporânea segue sendo o aprofundamento da democracia em seu sentido de inclusão social na incorporação de demandas de diferentes grupos de interesse (a ampliação da chamada esfera

²⁶ Expressão utilizada por Wanderley Guilherme dos Santos. Consultar: *Raízes da imaginação política brasileira*. In: Dados, n. 7, 1970, pp. 137-61.

²⁷ Ver: LYNCH, Christian. *Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens*. In: Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 19, janeiro-abril de 2016, pp. 75-119.

²⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Raízes da imaginação política brasileira*. In: Ordem burguesa e liberalismo político.

²⁹ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.

³⁰ LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³¹ CARVALHO, José Murilo. *A utopia de Oliveira Vianna*. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993. VIANNA, Luiz Werneck. *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993.

pública), na institucionalização de direitos sociais previstos pela constituição de 1988 - a chamada Constituição "cidadã". Um dos desafios, portanto, é sua compatibilização com um governo de tipo republicano no âmbito da gestão pública (fiscal, administrativa) e da moralidade da conduta que discerne o espaço público do privado. Em outros termos, se pensarmos metodologicamente sob o prisma da tipologia *racional-legal* burocrática do Estado moderno de Weber³² conjugada à normatividade da extensão da esfera pública na teoria da *democracia deliberativa* de Habermas³³, existe um déficit democrático que uma agenda de teor progressista precisa lidar na construção de um programa político de mudanças sociais.

Nessa perspectiva, examinar dois períodos da história brasileira sob o ângulo de análise das concepções gerais do modelo institucional do Estado sobre a promoção da cidadania (social e política) torna-se plausível do ponto de vista de uma crítica da razão histórica que identifique permanências e mudanças de um fenômeno em constante debate na sociedade brasileira: a busca pela representação de interesses, da efetivação da cidadania e das garantias constitucionais à população.

Da Primeira República liberal-oligárquica ao autoritarismo varguista do pós-1930: dois modelos de Estado e de promoção da cidadania brasileira

A discussão sobre o papel do Estado brasileiro enquanto instituição mediadora de conflitos sociais se insere, em nossa concepção, em um debate mais amplo relativo à estrutura autoritária do próprio Estado³⁴.

³² Ver: WEBER, Max. "Os tipos de dominação". In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. Da UNB, cap. III, pp. 139-188.

³³ Ver: HABERMAS, Jurgen. *Tres modelos de democracia: sobre el concepto de una política deliberativa*. Valencia: Episteme, 1994.

³⁴ Ver este debate em: FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: O Globo, 1975.

Debruçando-nos sobre o processo de transição do período monárquico para o republicano no Brasil, e sobre as inovações que a promulgação da segunda constituição brasileira (1891) trariam em se tratando de cidadania como princípio da relação – e atribuição de direitos aos que ela se destinava – entre Estado e sociedade na então recém instaurada República, podemos considerar que o papel desempenhado pelo Estado obedeceu a lógica autoritária, como “um novo roteiro para a mesma peça”³⁵. Nessa perspectiva, a chamada “questão social”, denominação europeia dada às formulações de políticas públicas que auxiliavam na redução crescente da pobreza da classe operária e no controle dos conflitos que deste ambiente emergiam em fins do século XIX³⁶, fora adequada ao cenário brasileiro sob outro nexos lógico.

Como aponta a historiografia, para além da difícil inserção social das camadas menos favorecidas social e economicamente em um contexto de abolicionismo forçado e imigrações em massa de mão-de-obra europeia³⁷, as posições do Estado frente os conflitos oriundos das novas relações sociais – as manifestações contra a exploração do trabalho, resistências populares, reivindicações sociais orientadas

³⁵ Expressão utilizada por Cláudia Viscardi em: VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012, p.31.

³⁶ O historiador Daniel Aarão Reis Filho trabalha este conceito aplicado à sociedade brasileira no seguinte artigo. Ver: *Estado e trabalhadores: o populismo em questão*. In: *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, pp. 87-108, 2007.

³⁷ Emília Viotti da Costa, historiadora especialista na escravidão brasileira, afirma que: “O rápido crescimento das plantações de café fez do trabalho o problema mais urgente. Como podiam os fazendeiros satisfazer suas necessidades de trabalho após a interrupção do tráfico de escravos? O tráfico interno ofereceu a solução temporária, mas a auto reprodução dos escravos não podia satisfazer a demanda imediata. Os fazendeiros das áreas em expansão haviam encontrado a resposta na imigração. Provavelmente, não teriam procurado alternativas para o trabalho escravo se não estivessem ante múltiplas pressões. Além disso, se tivessem mais confiança nas possibilidades de sobrevivência da escravidão ou não tivessem encontrado alternativas, teriam lutado para manter a instituição”. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.366.

ideologicamente, etc. – em um quadro de incipiente urbanização foram marcadas por ações coercitivas (autoritárias), verticalizadas (de “cima para baixo”), a partir da fórmula que identificava tais fenômenos sociais como “casos de polícia”³⁸, violando, dessa forma, a vinculação destes indivíduos aos direitos de cidadania - paradoxo constitutivo de uma lógica que se advogara republicana.

Se à República enquanto forma política do bom governo incumbe a responsabilidade com a gestão do bem público e da igualdade de direitos civis e políticos entre o povo tornado, assim, cidadão, como justificar o funcionamento de um regime político cuja orientação sistemática, seu *modus operandi*, correspondia à lógica do coronelismo e dos pactos entre o âmbito local e o nacional na manutenção da ordem social? É nesse ambiente que Washington Luís, presidente do Brasil entre 1926-1930, afirmara em certa ocasião que “a questão social é caso de polícia”, reforçando o fundamento da atuação estatal acima exposta. Com o intuito de historicizar o presente, o seguinte raciocínio emerge do cenário político que temos acompanhado nos últimos anos: estaria o governo procedendo no pós-impeachment de forma similar a este presidente da Primeira República em relação às políticas públicas? O descaso em relação à resolução democrática de conflitos sociais, encarados enquanto problemas a serem extintos de forma autoritária e sem diálogo, na base da repressão, assemelham-se a uma forma de pensar politicamente não-republicana (sem legitimidade popular, se

³⁸ Uma discussão interessante sobre a “questão social” como “caso de polícia” na Primeira República pode ser encontrada em: BARISON, Mônica S. *Caso de polícia: reflexões sobre a “questão social” e a Primeira República*. UNIFOA, Cadernos 22, pp. 43-51.

tomarmos o conceito rousseauniano de vontade geral) do período pré-Vargas?³⁹

É manifesto que o período pós-Primeira Guerra Mundial gerou transformações no campo das ideologias políticas⁴⁰ vigentes na Europa e na América Latina, agravadas com a crise internacional de 1929, reverberando com intensidade nas ideias – e, por consequência, nas produções intelectuais – dos autores que se propunham a conjecturar uma alternativa político-institucional modernizadora para seus países em contexto de crise do regime liberal. No Brasil, o antiliberalismo, de matriz estatista e centralizadora, que delegava ao Estado a função de construir a nação para destituir o império do caudilhismo e da *política de clãs*⁴¹ exercida no período precedente, ascende ao poder junto a Getúlio Vargas em 1930. Nesta década, um novo Estado foi engendrado com a contribuição massiva de intelectuais autoritários⁴² como Oliveira Vianna,

³⁹Não estamos afirmando que o período pós-1930 caracteriza-se pela atuação política em sentido rousseauniano, de forma alguma. Apenas chamamos atenção para o fato de que a lógica republicana no Brasil, pelo menos desde a Constituição de 1891, em grande parte inspirada na constituição norte americana, não se refletiu nas atitudes políticas do estamento que detinha o poder durante a Primeira República. Em nossa concepção, o Brasil “vestiu” seu liberalismo conservador de republicano.

⁴⁰ O movimento ideológico mundial, basicamente europeu, reflete a conjuntura de ascensão de projetos autoritários e totalitários à esquerda e à direita no mundo pós-II Guerra Mundial, caracterizado pela crise do sistema liberal-democrático. Ver: BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, vol. II.

⁴¹ Ver: VIANNA, Oliveira. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

⁴²Para a compreensão da ideologia autoritária no Brasil, assim como o papel dos intelectuais na política do país, ver: DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 1930*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento autoritário na Primeira República*. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990; MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930/1945*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978; PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1989; SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004; SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 2015.

Francisco Campos e Azevedo Amaral⁴³. Interessante notar, porém, que foi a partir da lógica autoritária dos intelectuais da década de 1930 que a “questão social” deixou de ser encarada como “questão de polícia” para se tornar “questão de política”, isto é, a repressão passava a ser a saída institucional quando a incorporação de interesses sociais junto ao arcabouço institucional não gerava a tão buscada harmonia social, característica de regimes de tipo conservador⁴⁴.

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho:

A partir da irrupção do movimento civil-militar de 1930, mal chamado de revolucionário, assume o poder no Brasil ou, pelo menos, ocupam postos importantes no aparelho central do Estado grupos identificados com a corrente política e doutrinária do positivismo gaúcho [...]. Essa corrente, liderada por Getúlio Vargas, tem como perspectiva fazer com que a questão social, considerada até então de um ângulo repressivo, policial, se transforme numa questão política e nesse sentido começam a aparecer as primeiras legislações que vão integrar, amparar, proteger, assistir os trabalhadores e também controlá-los e se for o caso, reprimi-los, se os trabalhadores não se enquadrarem, não se disciplinarem segundo as novas regras.⁴⁵

O lado modernizante⁴⁶ do primeiro governo Vargas, observável no plano institucional e na reestruturação do Estado em sua relação com a sociedade civil a partir de princípios corporativos, como a criação de sindicatos que teriam a função de organizar os interesses das diferentes

⁴³ Cabe notar que, tanto Oliveira Vianna como Francisco Campos compuseram os quadros burocráticos do Estado durante o primeiro momento de Vargas no poder. Já Azevedo Amaral, embora não tenha exercido cargo político do regime, foi seu notório defensor em suas obras.

⁴⁴ Sob este conceito político, estamos compreendendo um posicionamento que busca a conciliação social, a partir do controle da mudança da ordem, apresenta uma explicação naturalizada da sociedade e se formula teoricamente em caráter reativo às transformações sociais e aos posicionamentos tidos como progressistas. Para isso, ver: RICUPERO, Bernardo. *O conservadorismo difícil*. In: “Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil”. São Paulo: Hucitec, 2010, pp.76-94.; LYNCH, Chrtistian. *Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burk e o pensamento político do Brasil oitocentista*. In: Lua Nova, São Paulo, n.100, pp.313-362, 2017.

⁴⁵Citação retirada de: REIS. Op. Cit.

⁴⁶D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

classes produtivas da sociedade, foi a primeira tentativa de politizar as questões conflitivas emergidas do tecido social e integrá-las no âmbito dos quadros estatais no contexto de transição de uma sociedade agroexportadora para uma urbano-industrial moderna. Evidentemente, cabe ressalvas a esta forma de incorporação, de viés autoritário, mas a lógica operativa da política brasileira apresentara novo rearranjo. Oliveira Vianna – importante intelectual que colaborou na elaboração da ossatura do novo Estado pós-1930 enquanto teórico e consultor jurídico do Ministério da Justiça -, ao exaltar a posição de Vargas, afirmou que,

Com sua visão realista e pragmática, ele soube colocar a questão social dentro do quadro das nossas realidades. Com o seu claro senso das possibilidades brasileiras, deu ao tremendo problema da reorganização e reabilitação das massas trabalhadoras a solução mais harmoniosa, mais sensata, mais justa, mais consentânea, não só com a nossa estrutura econômica e social, como com a nossa própria índole nacional - com as condições específicas da nossa própria psicologia coletiva.⁴⁷

Sendo assim, destacando-se o papel de centralidade estatal, o modelo político-institucional que desenhava o Estado brasileiro até 1930 – e sua governabilidade – alterou-se com a conquista do poder conduzida por Vargas, mas sua lógica de atuação manteria um funcionamento autoritário, consolidando a predominância do Estado sobre a sociedade civil⁴⁸ no país. Desse modo, se o sistema coronelista caracterizava o tipo de dominação articulada entre os elementos locais,

⁴⁷ VIANNA, F. J. Oliveira. *Direito do trabalho e democracia social*: o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. pp.64-65.

⁴⁸ Na concepção de Faoro, “A longa caminhada dos séculos na história de Portugal e do Brasil mostra que a independência sobranceira do Estado sobre a Nação não é a exceção de certos períodos, nem o estágio, o degrau para alcançar outro degrau, previamente visualizado”. In: FAORO, Raymundo. *A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento*. In: *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: O Globo, 1975, p.747.

estaduais e o nacional na chamada Primeira República, cuja política do pacto dos governadores renovada conjunturalmente entre as elites políticas marcava o exercício do regime político⁴⁹, no período pós-revolucionário, em contexto de quebra da hegemonia das elites políticas e econômicas, um novo pacto configurou a relação de forças do que viria a ser a política nacional: a lógica do *Estado de compromisso*⁵⁰. Esta é a expressão de um novo modelo organizacional pactuado entre os grupos dominantes social e economicamente que se coadunam sob a égide da direção estatal. O historiador Boris Fausto, tomando o conceito do cientista político Francisco Weffort, aplicou esta noção à correlação de forças que a época instaurava:

O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café [...]. A nova forma de Estado – mais centralizado, intervencionista – é uma condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo.⁵¹

Entendemos, assim, a emergência do Estado intervencionista no Brasil – centralizador, regulador e organizador da nação – como condutor da sociedade, sendo este adjetivo, corporativo, uma das formas de traduzir a dominação política efetiva realizada pelo Estado frente à organização da sociedade. Essa narrativa que enfatiza o peso político do Estado na história brasileira parece pôr em desafio justamente compatibilizar a atuação estatal na redução das desigualdades sociais a lógicas que sejam democráticas, dialogadas em relação aos diferentes

⁴⁹ VISCARDI. Op. Cit.

⁵⁰ Consultar a interpretação de Boris Fausto em: FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 7ª edição.

⁵¹ Id., pp. 109-111.

grupos de interesse que compõem a complexa e multifacetada sociedade brasileira.

DESAFIO CONTEMPORÂNEO DA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA DEMOCRACIA POLÍTICA E O AVANÇO DA DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL

Uma das plataformas do avanço da sociedade brasileira é a construção de uma agenda política progressista que promova o desenvolvimento social dentro dos parâmetros institucionais da chamada do modelo liberal-democrático. Até esta seção do artigo, analisamos vínculos existentes entre o peso e o papel do Estado brasileiro frente à promoção e extensão da cidadania, ainda que como desdobramento interpretativo a lógica autoritária tenha sido recorrente, mesmo quando as práticas políticas se vestiram de inclusivas, como no período varguista. A compatibilização entre o processo de aprofundamento da democratização social e os quadros da institucionalidade, como pressuposto para a criação de projetos que representem avanços significativos à sociedade, leva-nos, como pensamento final, porém em aberto, a uma reflexão que se proponha a conjecturar um horizonte de possibilidades em relação a agendas progressistas. Nesse sentido, as agendas políticas atuais em disputa conformam programas que dão conta deste desafio? Esta é uma questão de difícil resposta, embora de urgente reflexão.

Se traçarmos um breve paralelo entre a tipologia dos projetos políticos (e seus modelos de Estado) adotados pelos governos no período pós-ditadura civil-militar no país, nos anos 1980, contexto em que o modelo político-institucional autoritário entrara em colapso e a sua reforma estava na ordem do dia, podemos identificar aproximações, em certa medida, entre a agenda do atual presidente, Michel Temer, e o programa institucionalizado pelo ex-presidente eleito em 1994, Fernando

Henrique Cardoso, o qual afirmara, em seu discurso de despedida do Senado Federal, o compromisso de encerrar o legado varguista na política brasileira⁵², isto é, assumir a missão de reformar o Estado enquanto agente intervencionista e protecionista⁵³; tratava-se de pôr fim à “Era Vargas”, o que correspondia a um ataque frontal ao modelo de Estado promotor do desenvolvimento econômico e social edificado no período Vargas. É nesse sentido que a agenda governamental de Michel Temer, a partir de suas primeiras medidas como presidente, apresenta reatualizações de uma faceta *liberal-conservadora* da política brasileira, em oposição, em termos de plataforma política, aos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Os governos petistas, por sua vez, apresentam vinculações em sua concepção de Estado ao que podemos denominar de tradição *nacional-estatista* ⁵⁴, autoritária no primeiro período Vargas, e posteriormente ressignificada – na medida em que se torna tradição política – como progressista (retomada oficialmente em discursos) em seus governos. De acordo com o cientista político Luís Felipe Miguel, o Partido dos Trabalhadores assumiu o protagonismo do sistema político-

⁵²Em discurso ao Senado brasileiro em 1994, Fernando Henrique Cardoso se referiu desta forma sobre o legado varguista na história brasileira: “Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista”. Consultado em 14 de julho de 2017 em: <https://www.brasil247.com/pt/247/economia/100373/FHC-prometeu-mas-n%C3%A3o-enterrou-era-Vargas.htm>.

⁵³ A leitura da preponderância do aparelho burocrático-estamental na sociedade brasileira tem seu expoente na obra clássica de Faoro, já citada. Ver: *Os Donos do Poder*.

⁵⁴ Para a discussão teórica sobre o conceito de nacional-estatismo, ver: LYNCH, Christian. *Cultura política brasileira*. In: Revista da Faculdade de Direito UFRGS, n. 36, 2017.; REIS. Op. Cit.

partidário brasileiro, o que para ele conformou a posição hegemônica no sistema institucional conhecido por presidencialismo de coalizão⁵⁵.

Com o progresso do “pragmatismo” do PT, que o levou a se adaptar às práticas políticas correntes no Brasil, a distinção que contribuía para balizar o sistema de partidos se esvaneceu. [...] o partido assumiu o comando do “presidencialismo de coalizão”, entendendo plenamente que o preço a pagar para o exercício do poder era a aceitação da forma de fazer política que os agentes tradicionais conheciam e esperavam.⁵⁶

A citação acima ilustra o quadro de desencantamento que a crise de representatividade do sistema político desperta na população, na medida em que as expectativas e demandas sociais não são atendidas e o signo da crise parece voltar à tona. Desde junho de 2013, acompanham-se mudanças significativas no cenário político brasileiro e nos discursos dos atores sociais envolvidos diretamente nas pautas do debate público. As manifestações que naquele contexto sociopolítico irromperam, cuja pluralidade reivindicatória era a tônica, e a descrença na representação efetiva dos partidos políticos o motor, apresentavam uma crítica visceral, geral (e genérica, na medida em que a bandeira central do movimento se resumia no “contra tudo o que tá aí”) ao sistema político e à qualidade dos serviços públicos prestados à população nos governos republicanos brasileiros (saúde, educação, segurança, transporte, etc.). Passados pouco mais de um ano destas grandes mobilizações sociais, que granjearam milhões de pessoas, em dezembro de 2014 – momento pós-reeleição de Dilma Rousseff –, emergiu a formação de uma constelação político-ideológica em torno de posições

⁵⁵ Este termo foi cunhado pelo cientista político Sergio Abranches em contexto anterior a promulgação da constituição de 1988. Ver: ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.31, n.1, 1988, pp 5-34.

⁵⁶ MIGUEL, Luís Felipe. *Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil*. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.11, n.33, pp. 99-129, jan-abr, 2017. p.108.

anti-Dilma e, no mais das vezes, antipetismo, liderada principalmente por grupos teoricamente autônomos da sociedade civil, desvinculados da então criticada esfera partidária, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem Pra Rua.

Na sequência desses acontecimentos, o processo de impeachment, em 2016, aceito por Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados na ocasião) e julgado em tempo recorde - cujas "pedaladas fiscais" compunham as acusações - culminaram na deposição da presidente, tendo seu posto ocupado pelo seu vice-presidente, Michel Temer. O primeiro indicativo da nova configuração que o governo federal iria adotar em seu mandato veio com a extinção do Ministério da Cultura (Minc) - criado em 1985, canal por onde o Estado, até então indutor do desenvolvimento cultural no país, impulsionava o setor - dando indícios de que o programa de governo ora em voga se distanciava substancialmente daquele que o precedeu. No dia 14 de julho deste ano, foi a vez da publicação, no Diário Oficial da União, da lei nº13.467, da Reforma Trabalhista, que promove alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), institucionalizada durante o regime do Estado Novo, em 1943. Esse conjunto de mudanças faz parte da constituição de uma agenda de reformas (política, fiscal, trabalhista, previdenciária, das privatizações promotoras da desburocratização, comercialização da Amazônia etc.) associada por seus defensores à modernização da sociedade brasileira, uma bandeira recorrente da história brasileira que se tornou historicamente imperativo do progresso econômico e social nacional.

Sob esse prisma, parece estarmos diante da configuração de dois programas de governo em disputa pela hegemonia do projeto de nação e desenvolvimento nacionais - o programa nacional-estatista, cujo modelo posiciona o Estado como ator central na condução do

desenvolvimento socioeconômico, de caráter intervencionista, regulador na esfera do trabalho e responsável pela consolidação das identidades nacionais no campo cultural - em contraposição ao programa encarado como liberal-conservador, cristalizado em torno do epicentro do mercado e do fenômeno da globalização⁵⁷. Desdobrando este argumento, a partir da observação da difusão de discursos das direitas que propõem pautas como a revogação do estatuto do desarmamento, a redução da maioria penal, o fim do léxico universal dos direitos humanos etc., semblantes de um novo autoritarismo, como projetar avanços na direção de uma sociedade mais democrática? A resposta parece ser duvidosa. Dessa forma, torna-se tarefa premente a construção de uma alternativa progressista e comprometida com valores democráticos no que tange ao modo de fazer política e das práticas de inclusão social dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em livro recente, o filósofo Ruy Fausto propõe, após se debruçar sobre o que chamou de “as patologias da esquerda”⁵⁸, algumas saídas para que a esquerda, em sua vertente democrática, seja reconstruída depois dos abalos sofridos no processo de impeachment, que a tire da situação de impasse político⁵⁹ em que se encontra desde então. Para o

⁵⁷ Em nossa visão, o projeto liberal conservador concebe a nação a partir de um horizonte político incontornável em que o país deve se adaptar ao concerto internacional de interdependência, no qual o projeto de nação e de desenvolvimento está ligado a lógicas e dinâmicas comerciais do capitalismo financeiro global do mundo contemporâneo.

⁵⁸ FAUSTO, Ruy. Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁵⁹ Por impasse político estamos pensando no desgaste que o Partido dos Trabalhadores sobretudo passou durante o impeachment, tendo em vista aspectos de desmoralização (a partir dos escândalos de corrupção) e as críticas de falta de representatividade, uma das bandeiras da base do partido. Sobre a temática da representação nos governos petistas, ver: REIS, Bruno Wanderley. *Da democracia participativa à pluralidade da*

intelectual, é necessário que se construa uma “esquerda independente: o que significa: uma esquerda democrática, anticapitalista, antipopulista e com consciência ecológica”⁶⁰. Para além de não concordarmos *ipsis litteris* com todas as ideias de Fausto para a reconstrução da esquerda, sobretudo na utopia de uma agenda “anticapitalista”, a reflexão do filósofo nos introduz ao debate com o intuito de demonstrar que é por meio de uma proposta de esquerda em sua faceta progressista e democrática que pensamos a (re)construção (ou construção) de uma plataforma política que hoje se apresenta como desafio no debate nacional.

Abre-se, nessa perspectiva, um horizonte de possibilidades que reconheça a existência da sociedade de mercado com seus avanços históricos na extensão das liberdades civis e políticas e que se proponha a elaborar e cumprir uma agenda progressista de incorporação das classes subalternizadas ao mundo dos direitos e da representação política. Para tanto, a orientação sistemática e republicana de políticas públicas de desenvolvimento econômico, de redução da desigualdade social, de responsabilidade na gestão fiscal que integrem o cidadão à sociedade democrática inclusiva, afastada das soluções autoritárias “prontas e acabadas”, ainda que estas estejam sempre a pairar na ordem do dia. Como desafio em aberto que é, o caminhar em sua direção se faz urgente do ponto de vista democrático e já projetada, em seu constructo e em seu devir, a possibilidade de romper com modelos enraizados na forma de conceber o Estado brasileiro em relação à sociedade civil e superar dilemas políticos estruturantes.

representação: breves notas sobre a odisseia do PT na política e na ciência política brasileira. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 29, n.1, jan./abr. 2014. pp.113-127.

⁶⁰Ibid., p. 118.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano A. & MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.
- AVRITZER, Leonardo. *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Campinas: Opinião Pública, vol. 14, nº 1, junho, 2008, pp. 43-64.
- BARISON, Mônica S. *Caso de polícia: reflexões sobre a "questão social" e a Primeira República*. UNIFOA, Cadernos 22, pp. 43-51.
- BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, vol. II.
- BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.
- BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia. *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: "A escrita da história". Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 65-119.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.366.
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A armadilha do leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder*. Porto Alegre: O Globo, 1975.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 7ª edição.
- FAUSTO, Ruy. *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- GARRIDO, Álvaro. *O corporativismo como ideia e objeto de estudo*. In: "Queremos uma economia nova! Estado novo e corporativismo". Lisboa: Temas e debates – círculo de leitores, 2016, pp. 17-83.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Tres modelos de democracia: sobre el concepto de una política deliberativa*. Valencia: Episteme, 1994.
- LAMOUNIER, Bolívar. *O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira*. In: Estudos Avançados, vol. 6, nº 14, 1992, p. 42.
- _____. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014;
- LYNCH, Christian. *Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens*. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 19, janeiro-abril de 2016, pp. 75-119.
- _____. *Cultura política brasileira*. In: Revista da Faculdade de Direito UFRGS, n. 36, 2017.
- _____. *Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burk e o pensamento político do Brasil oitocentista*. In: Lua Nova, São Paulo, n.100, pp.313-362, 2017.
- MIGUEL, Luís Felipe. *Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil*. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.11, n.33, pp.99-129, jan-abr, 2017.
- NOBRE, Marcos. *Da "formação" às "redes": Filosofia e cultura depois da modernização*. Cadernos de filosofia alemã, nº 19, 2012, pp. 13-36.

- NUNES, Edson. *A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2003, 3ª ed.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1999.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Brasil, sociedade nacional-dependente*. In: Novos Estudos CEBRAP, 93, julho 2012, pp. 101-121.
- REIS, Bruno Wanderley. *Da democracia participativa à pluralidade da representação: breves notas sobre a odisseia do PT na política e na ciência política brasileira*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 29, n.1, jan./abr. 2014, pp.113-127.
- REIS, Daniel Aarão. *Estado e trabalhadores: o populismo em questão*. In: Lócus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, pp. 87-108, 2007.
- RICUPERO, Bernardo. *Da formação à forma. Ainda as "ideias fora do lugar"*. In: Lua Nova, São Paulo, nº 73, 2008, pp. 59-69.
- RICUPERO, Bernardo. *O conservadorismo difícil*. In: "Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil". São Paulo: Hucitec, 2010, pp.76-94.;
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____. *Raízes da imaginação política brasileira*. In: Dados, n. 7, 1970, pp. 137-61.
- SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2014.
- VIANNA, F. J. Oliveira. ***Direito do trabalho e democracia social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado***. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. pp.64-65.
- _____. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- _____. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.
- VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. Da UNB, 1994.